

O CIBERESPAÇO COMO OBJETO DE ESTUDO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: BREVE ANÁLISE À LUZ DAS TEORIAS DO REALISMO E CONSTRUTIVISMO

NUNO MIGUEL CUNHA DOS SANTOS

nunomcsantos@gmail.com

Doutorando em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), é licenciado em Línguas, Literaturas e Culturas, na variante em Artes e Culturas Comparadas, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), mestre em Ciências Policiais, na especialização em Gestão da Segurança, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) e pós-graduado em Gestão Aplicada pela Nova School of Business and Economics (NOVA SBE). Atualmente, é Diretor do Departamento de Administração Geral da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. (Portugal) e Assistente de Investigação no ICPOL

Resumo

Desde o último terço do século passado, com a revolução ocorrida a nível das tecnologias de informação e de comunicação e o advento da Internet, o ciberespaço tem assumido uma importância crescente para as sociedades contemporâneas, tanto do ponto de vista geopolítico como geoeconómico, enquanto palco de interação global e de disputa pelo poder por parte dos diferentes atores que nele operam. Assim, atendendo ao impacto do ciberespaço nas sociedades coetâneas e, mais concretamente, no seio das Relações Internacionais (RI), neste artigo procuramos analisar e compreender como é que o Realismo e o Construtivismo, enquanto correntes teóricas das RI, interpretam as dinâmicas de poder e interação no ciberespaço, considerando que se trata de um não-lugar antropológico e de uma estrutura não-física, socialmente e discursivamente construída. Para a concretização deste objetivo, centramos a nossa atenção no Estado, enquanto ator/denominador comum das mencionadas correntes teóricas, procurando, por um lado, identificar os pontos de convergência e de divergência entre as referidas correntes teóricas no que ao ciberespaço respeita e, por outro, compreender as fundações ontológicas e epistemológicas em que assenta a construção do ciberespaço enquanto objeto de estudo daquelas. Por fim, apresentamos ainda aqueles, que, na nossa perspetiva, são os principais desafios futuros que o ciberespaço e as tendências que nele emergem colocam às RI do ponto de vista teórico, designadamente, para o seu desiderato central de explicar e proporcionar o conhecimento da realidade internacional envolvente.

Palavras-chave

Ciberespaço, Realismo, Construtivismo, Ontologia, Epistemologia.

Abstract

Since the last third of the twentieth century, following the revolution in information and communication technologies and the advent of the Internet, cyberspace has assumed increasing importance for contemporary societies — both geopolitically and geoeconomically, as a global arena of interaction and power contestation among diverse actors. Taking into account the profound impact of cyberspace on modern societies and, more specifically, within the field of International Relations (IR), this article seeks to analyze and understand how Realism and Constructivism, as key theoretical schools of IR, interpret the dynamics of power and interaction in cyberspace, which is conceptualized here as an anthropological non-place and a non-physical structure that is socially and discursively constructed. To achieve this aim,



the focus is placed on the State as the common actor within both theoretical frameworks, with the goal of identifying points of convergence and divergence regarding cyberspace, and of understanding the ontological and epistemological foundations that sustain its construction as an object of study. Finally, the article presents, from our perspective, the main future challenges that cyberspace and its emerging trends pose to IR theory, particularly in relation to its central goal of explaining and promoting knowledge of the surrounding international reality.

Keywords

Cyberspace, Realism, Constructivism, Ontology, Epistemology.

Como citar este artigo

Santos, Nuno Miguel Cunha dos (2026). O Ciberespaço como Objeto de Estudo nas Relações Internacionais: Breve Análise à Luz das Teorias do Realismo e Construtivismo. *Janus.net, e-journal of international relations*, VOL. 17, Nº. 1, Maio 2026, pp. 59-76. <https://doi.org/10.26619/1647-7251.17.1.4>

Artigo submetido em 14 de julho de 2025 e aceite em 27 de dezembro de 2025.





O CIBERESPAÇO COMO OBJETO DE ESTUDO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: BREVE ANÁLISE À LUZ DAS TEORIAS DO REALISMO E CONSTRUTIVISMO

NUNO MIGUEL CUNHA DOS SANTOS

Introdução

Se o ato de questionar a realidade é uma atividade específica do homem, desenvolvida com o intuito de conhecer o mundo que o rodeia, a investigação científica e a Ciência são, por sua vez, o resultado dessa atitude incessante de querer conhecer e dominar a realidade envolvente (Coutinho, 2015).

Logo, as Relações Internacionais (RI), enquanto campo de estudo autónomo no seio das Ciências Sociais (CS), cujo objetivo central é proporcionar o conhecimento da realidade internacional, designadamente, através do corpo de teorias produzido no seu seio (Mendes, 2019a), procuram explicar as relações e os fluxos políticos, económicos e sociais, independentemente da sua natureza, que atravessam fronteiras (Rigueira, 2012), abrangendo não só as relações entre os Estados, mas também entre indivíduos ou grupos, sejam elas de natureza comercial, cultural, científica ou social, e quer respeitem a trocas de bens ou à circulação de ideias ou informações (Sousa & Rocha, 2022).

Neste âmbito, para um breve enquadramento histórico das RI, importa referir que, pese embora o termo "*internacional*" tenha surgido somente em finais do século XVIII, com o filósofo inglês John Bentham (Sousa & Rocha, 2022), o estudo das relações internacionais, entendidas enquanto relações entre os Estados e/ou nações, remonta à Antiguidade Clássica, mais concretamente ao século V a.C., com o historiador grego Tucídides, e o seu relato da Guerra do Peloponeso, e os filósofos Platão e Aristóteles, aos quais se seguiram, entre muitos outros, Nicolau Maquiavel, Immanuel Kant e Karl Marx (Erskine, 2013; Lebow, 2013).

Desde o final do século XIX e, sobretudo, a partir do começo do século XX, como resposta à fragilidade do sistema internacional evidenciada pela Primeira Guerra Mundial (1914/1918) e as suas consequências devastadoras (Bueno, 2024), este campo de estudo conheceu um acelerado desenvolvimento, culminando na produção de novos métodos e técnicas de análise, e na elaboração de múltiplos modelos explicativos e teóricos da envolvente internacional, que permitiram às RI autonomizar-se, enquanto disciplina, no seio das CS (Sousa, 2005).



Assim, considerando a crescente importância que o ciberespaço assume para as sociedades contemporâneas, tanto do ponto de vista geopolítico como geoeconómico (Castells, 2007; Giddens, 2010) e em particular no seio das RI (Finnemore & Hollis, 2016; Isnarti, 2016; Leonard, 2022), enquanto palco de interação global e de disputa pelo poder por parte dos diferentes atores que nele operam (*e.g.* Estados, organizações internacionais, organizações transnacionais, empresas, organizações ligadas à criminalidade transnacional, organizações não governamentais, entre outros), no presente artigo procuramos analisar e compreender a abordagem ao ciberespaço através das lentes teóricas do Realismo e do Construtivismo nas RI, considerando que se trata de um não-lugar antropológico (Augé, 2012) e de uma estrutura não-física, socialmente e discursivamente construída (Santos, 2018).

Para a concretização deste objetivo, centramos a nossa atenção no Estado, enquanto ator/denominador comum das mencionadas correntes teóricas, procurando, por um lado, identificar os pontos de convergência e de divergência entre as referidas correntes teóricas no que ao ciberespaço respeita e, por outro, compreender as fundações ontológicas e epistemológicas em que assenta a construção do ciberespaço enquanto objeto de estudo daquelas.

Assim, começamos pela apresentação do ciberespaço e da sua evolução, analisando a importância crescente daquele nas sociedades coetâneas, bem como a sua afirmação enquanto objeto de estudo nas RI.

Seguidamente, avançamos com a apresentação das correntes teóricas do Realismo e do Construtivismo nas RI, analisando, por um lado, as suas principais premissas, fundamentos e conceitos, e, por outro, a forma como o ciberespaço é visto por cada uma daquelas correntes teóricas.

Nesta senda, apresentamos, ainda, uma análise ontológica e epistemológica do modo como as correntes teóricas do Realismo e do Construtivismo nas RI, por um lado, entendem a natureza do ciberespaço e, por outro, abordam o conhecimento sobre aquele.

Considerando o trabalho desenvolvido nas etapas analíticas anteriores, apresentamos também aqueles, que, na nossa perspetiva, são os principais desafios futuros que o ciberespaço e as tendências que nele emergem colocam às RI do ponto de vista teórico, particularmente, para a concretização do seu desiderato central de explicar e proporcionar o conhecimento da realidade internacional envolvente.

Por último, no que à abordagem metodológica escolhida respeita e porque tal definição se afirma como essencial em qualquer trabalho de natureza científica (Coutinho, 2015), refere-se que o estudo aqui desenvolvido é de carácter eminentemente expositivo, inserindo-se num modelo qualitativo de investigação assente na análise das fontes e da literatura recolhida (Santos, 2018), tendo em vista responder à problemática apresentada neste artigo.

Ciberespaço, Sociedade e Relações Internacionais

Como é consabido, as sociedades organizam-se e estabilizam-se em torno de sistemas partilhados de crenças, assim como de gestão e afetação de recursos, que são,



concomitantemente, construções sociais e representações da sua relação com a envolvente exterior, das quais se tornam indissociáveis (Santos, 2018).

Neste sentido, a crescente importância do ciberespaço nas sociedades contemporâneas resulta não somente dos desenvolvimentos tecnológicos ocorridos desde o último terço do século passado e em curso, que estão na origem, entre outros, do advento da *Internet*, mas também da forma como a sociedade se apropriou da tecnologia resultante daqueles progressos (Cardoso et al., 2015). Logo, atualmente, não é possível pensar as sociedades coetâneas sem considerar a sua vertente tecnológica, uma vez que esta é um reflexo indissociável da componente material da sua atividade (Simões, 2005).

Assim, num mundo caracterizado por transformações constantes que afetam praticamente todas as vertentes da vida nas sociedades hodiernas, assente numa ordem global/sistema mundo, cuja principal característica é a globalização (Giddens, 2010), que se desenvolve e alicerça em tecnologias de grande velocidade de comunicação e em sistemas de informação, assiste-se a um aceleração do processo de digitalização e de interconectividade em todas as áreas da atividade humana, com reflexos profundos em termos económicos, sociais e políticos (Castells, 2007), impactando em larga escala a realidade envolvente e promovendo a criação e a emergência de novos espaços de interação e disputa, como é o caso do ciberespaço (Leonard, 2022; Nunes, 2015; Santos, 2014), que se caracteriza não só pela sua qualidade de não-lugar antropológico (Augé, 2012), mas também por ser uma estrutura não-física, socialmente e discursivamente construída (Santos, 2018).

O ciberespaço, ou, na sua evolução terminológica mais recente, metaverso (Fevereiro, 2022; L. B. Martins & Wolfe, 2023), conceito criado por William Gibson, em 1984, no romance *Neuromancer*, como metáfora para descrever um espaço não-físico concebido por redes de computadores, resulta, assim, das referidas revoluções tecnológicas que estão na génese do advento da *Internet*, que, como é conhecido, potenciou, de forma exponencial, as capacidades de comunicação através da *World Wide Web* (WWW), e que está na origem de uma fusão cada vez maior entre o mundo físico e a realidade virtual/digital (L. B. Martins & Wolfe, 2023).

Esta crescente fusão entre os espaços físico e digital (L. B. Martins & Wolfe, 2023), como consequência dos já mencionados avanços tecnológicos registados na área das comunicações e a nível dos sistemas de informação, que favorecem não só a integração dos mercados à escala global, mas também a circulação de fluxos de capitais, de ideias, de pessoas e de bens, diluindo, progressivamente, as fronteiras entre o real e o digital, e criando novas geografias (Dodds, 2019), tem conduzido a uma maior preponderância do mundo virtual, tanto do ponto de vista geopolítico como geo económico, na vida das sociedades contemporâneas, designadamente, enquanto palco privilegiado de interação e de disputa pelo poder por parte dos diferentes atores que nele operam (e.g. Estados, organizações internacionais, organizações transnacionais, empresas, organizações ligadas à criminalidade transnacional, organizações não governamentais, entre outros) (Jøsang, 2024; Leonard, 2022; Schwab, 2017).

A título de exemplo desta crescente importância do ciberespaço nas sociedades coetâneas, vejam-se os documentos estratégicos de ciberdefesa e cibersegurança produzidos por diversos Estados (e.g. Portugal, Estados Unidos da América (EUA) e



República Popular da China) (Cyberspace Administration of China, 2016; Presidência do Conselho de Ministros, 2022; U.S. Department of State, 2024) e Organizações Internacionais Intergovernamentais (e.g. União Europeia (UE) e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)) (European Commission, 2024; North Atlantic Treaty Organization, 2024), que, cada vez mais, reconhecem no ciberespaço um domínio estratégico importante de operações semelhante ao dos espaços físicos (e.g. terra, mar, ar e espaço), sendo, portanto, tratado como um elemento integrante do processo de planeamento estratégico e operacional de atuação daqueles atores, numa perspetiva de multidomínio e de defesa da soberania (Madubuko & Chitsungo, 2024; Nunes, 2016; Santos, 2014).

Esta preocupação dos Estados e Organizações Internacionais Intergovernamentais deriva, em grande medida, do facto de não existir, ainda, um domínio/controlado sobre o ciberespaço por parte de qualquer ator que nele opera, seja ele estatal, internacional intergovernamental ou outro, pelo que quem detém o conhecimento para operar a tecnologia é também o detentor do poder, situação que, ao contrário do que sucede no espaço físico, funciona como uma espécie de balanceador do equilíbrio de poderes entre os atores no ciberespaço, reduzindo as assimetrias militares ou outras que existem no mundo real, uma vez que a atuação daqueles no ciberespaço, por depender, em larga escala, do conhecimento tecnológico para atuar, é, no fim do dia, muito menos onerosa do que seria em caso de atuação no mundo real (Gartzke, 2013; Rocha & Farias da Fonseca, 2019; Schwab, 2017).

Portanto, é neste contexto que as RI, enquanto disciplina autónoma no âmbito das CS, com o objetivo de proporcionar o conhecimento e compreensão da realidade internacional envolvente, nomeadamente, através do corpo de teorias produzido no seu seio (Mendes, 2019a), têm vindo a centrar uma crescente atenção no ciberespaço enquanto objeto de estudo, procurando compreender e explicar as interações e disputas de poder que nele ocorrem entre os diferentes atores que ali operam, assim como o seu papel estratégico na geopolítica e geoeconomia global.

A Teoria Realista das Relações Internacionais

De acordo com Smith (2013, p. 9), todas as teorias produzidas no seio das RI são localizadas no espaço, no tempo, na cultura e na história, pelo que as suas leituras e assunções da realidade envolvente nunca são feitas a partir de nenhures, estando, antes pelo contrário, profundamente enraizadas nos contextos socioculturais que moldam as perceções dos atores que as produzem. Ou seja, a interpretação das dinâmicas internacionais é influenciada não só pelas circunstâncias geopolíticas, mas também por narrativas históricas, tradições culturais e experiências coletivas, que, por sua vez, enformam as identidades e interesses das geografias a partir das quais são produzidas as referidas teorias, das quais são indissociáveis (Nisbett, 2019; Smith, 2013).

Feito este pequeno enquadramento inicial, partimos agora para a análise do Realismo, enquanto corrente teórica das RI. Assim, e para marcar desde já o racional que iremos seguir neste capítulo, começamos por referir que o Realismo, para os efeitos que se pretende prosseguir neste artigo, será analisado como um todo, querendo isto dizer que as visões que iremos desenvolver abrangem o conjunto de correntes teóricas realistas



das RI, que vão desde o Neorrealismo, passando pelo Realismo Neoclássico, até chegarmos aos chamados Realismo Ofensivo e Realismo Defensivo – no fundo estas teorias nada mais são, na nossa perspetiva, do que movimentos teóricos de continuidade e adaptação do Realismo às transformações da realidade internacional envolvente, que, numa perspetiva *darwinista*, obrigam esta grande corrente teórica a uma adaptação constante para, por um lado, compreender e explicar o real e, por outro, responder às críticas oriundas de outras correntes teóricas nos seio das RI.

O Realismo, ou melhor, a chamada Escola Realista das RI, de origem anglo-americana, surge na década de 1920, no contexto pós-guerra da Primeira Guerra Mundial (1914/1918) e das suas consequências devastadoras, como um modo sistematizado de estudo e análise científica das RI, que se afirmou e consolidou, sobretudo, no contexto da Guerra Fria (Mendes, 2019b; Rocha & Farias da Fonseca, 2019).

Esta abordagem teórica científica das RI, cujas origens remontam ao historiador grego do século V a.C., Tucídides, e, mais concretamente, à sua narrativa sobre a Guerra do Peloponeso, reconhece não só o papel central do poder em todas as formas de política, mas também as limitações desse mesmo poder e as formas pelas quais ele se pode transformar numa fraqueza (Lebow, 2013).

Na perspetiva do Realismo, as RI definem-se, essencialmente, pela condição anárquica da política internacional e pela distribuição desigual de poder na estrutura do sistema internacional (Lebow, 2013; Mearsheimer, 2013; Mendes, 2019a), assentando nas seguintes três premissas (Rocha & Farias da Fonseca, 2019):

1. Os Estados têm um papel central na envolvente internacional, sendo os principais atores daquela e os únicos com o nível de recursos e capacidades, sobretudo militares, para projetar o seu ascendente sobre os demais e impor a sua vontade àqueles;
2. Os Estados procuram satisfazer e priorizar os seus próprios interesses, para, assim atingirem os fins que preconizam;
3. Devido à ausência de uma governança internacional, ou de um poder equivalente, a envolvente internacional assume um carácter anárquico, fazendo com que os Estados vivam numa constante disputa pelo poder e, conseqüentemente, a segurança e a independência territorial estejam sob ameaça constante, uma vez que não existe qualquer tipo de controle sob as suas ações.

Neste contexto, as possibilidades de se estabelecerem relações estáveis de cooperação entre os atores do sistema internacional, aqui entendidos como Estados, é, logo à partida, uma improbabilidade (Lebow, 2013), o que não só evidencia um claro pessimismo antropológico, mas também, em nosso entendimento, uma descrença enorme na Humanidade e na capacidade de esta construir um sistema internacional assente na cooperação e entreatajuda entre os atores que nele operam, embora, para esta corrente teórica, estes se restrinjam aos Estados – no fundo, para o Realismo, o funcionamento das RI está condenado a ideais como o grupismo, o egoísmo, a anarquia e, não menos importante, a política de poder (Mendes, 2022a).

Em termos práticos, podemos definir o Realismo como uma teoria estrutural no seio das RI que evidencia as dinâmicas de distribuição material do poder dentro de um sistema



internacional anárquico, onde os Estados atuam e reagem numa lógica contínua de concentração e balanceamento de poder, tendo em vista preservar ou tentar alterar a ordem internacional, que, por sua vez, pode ser unipolar, bipolar ou multipolar (Mendes, 2022a).

Pese embora se reconheça o potencial do Realismo para captar a lógica abstrata de constante procura e manutenção do poder por parte dos Estados coetâneos, assim como dos dilemas de segurança que aqueles enfrentam, não podemos, contudo, deixar de referir aquele que, em nosso entendimento, é o seu maior ponto fraco na compreensão e explicação do sistema internacional contemporâneo, caracterizado pela criação e emergência de novos espaços de interação e disputa de poder no sistema internacional: fruto da sua matriz filosófica científica positivista, o Realismo tende a naturalizar ontologicamente o sistema Vestefaliano vigente, intrinsecamente ligado ao mundo material-natural, e a olhar para os fatores de poder material como fenómenos naturais, o que acaba por levar a que, como procuraremos demonstrar mais à frente, a sua aplicação, por exemplo, no ciberespaço, enquanto não-lugar antropológico e estrutura não-física, só seja possível por via daquilo que definimos como um salto ontológico e epistemológico cínico, assente na construção social e discursiva de uma estrutura não física, especialmente impactante na vida das sociedades hodiernas.

Ora, chegados aqui, centramos agora o olhar na forma como o ciberespaço é visto pelo Realismo. Assim, apesar da sua natureza virtual e socialmente/discursivamente construída, esta corrente teórica das RI chega ao ciberespaço, enquanto objeto de estudo, por via da afirmação crescente daquele como um instrumento de poder e um espaço/geografia eminentemente anárquico, onde os Estados, entre outros atores, atuam e desenvolvem ações com o objetivo final de satisfazer e priorizar os seus próprios interesses, para, assim, atingirem os fins que preconizam (Leonard, 2022; Rocha & Farias da Fonseca, 2019).

Um exemplo desta realidade é o ciberataque supostamente lançado pelos EUA, possivelmente em parceria com Israel, contra o Irão, em 2010, levado a cabo para prejudicar o programa nuclear iraniano, designadamente, por via, de um *software* malicioso (*Stuxnet*), desenhado para sabotar as centrífugas de enriquecimento de urânio, levando à deterioração dos equipamentos e atrasando o progresso nuclear iraniano (BBC News, 2012). Este ataque não só exemplifica a capacidade dos EUA em utilizar ferramentas cibernéticas para influenciar a geopolítica de maneira furtiva e eficaz, mas também suscitou questões éticas e legais sobre a utilização desta tipologia de “*ciberarmas*”, reflexo do crescente poder das tecnologias digitais nas sociedades coetâneas e, mais concretamente, no teatro de operações militares contemporâneo (Vilar Lopes & Oliveira, 2014).

Outro exemplo de operações deste género perpetradas pelos Estados, ou grupos associados a estes, no ciberespaço foi, em 2017, o ataque realizado pelo grupo de *hackers Lazarus*, associado à Coreia do Norte, levado a cabo através de um *software* malicioso (*WannaCry*) (Euronews, 2017; Woollaston-Webber, 2017), que se espalhou rapidamente, explorando uma vulnerabilidade no sistema operativo *Microsoft Windows®* e impactando centenas de milhares de computadores em mais de 150 países. Este ataque causou graves interrupções de serviços essenciais em diversas instituições públicas dos Estados afetados, como aconteceu, por exemplo, no Serviço Nacional de Saúde da Grã-



Bretanha, resultando no cancelamento de mais de 20.000 consultas médicas, 600 cirurgias e no encerramento dos serviços de urgência médica em diversas unidades de saúde (Leonard, 2022).

Para rematar e porque as implicações práticas das teorias são sempre importantes, não podemos deixar de referir que, do ponto de vista do Realismo, estes dois exemplos são paradigmáticos em relação à aplicação, neste caso, no ciberespaço, das premissas em que assenta esta corrente teórica no seio das RI, com vista a compreender e explicar a realidade internacional envolvente. Ou seja, os EUA e a Coreia do Norte, na defesa dos seus interesses e para atingirem os fins que preconizavam, perante Estados concorrentes no sistema internacional (i.e., Irão e Grã-Bretanha), procuraram, através dos recursos e meios tecnologicamente avançados que detinham, impor a sua vontade numa geografia virtual, como é o ciberespaço, com um carácter marcadamente anárquico, projetando, a sua vontade sobre os demais, para, assim, alterarem a ordem internacional, diminuindo, no caso do EUA, a capacidade nuclear do Irão e, no caso da Coreia do Norte, prejudicar o normal funcionamento das instituições dos Estados concorrentes no sistema internacional, como aconteceu, por exemplo, com os constrangimentos sentidos no sistema nacional de saúde da Grã-Bretanha, que por força do ataque perpetrado por via do *software* malicioso *WannaCry*, acabou por paralisar, ainda que temporariamente.

A Teoria Construtivista das Relações Internacionais

Como referimos no capítulo anterior, as teorias produzidas no seio das RI estão localizadas no espaço, no tempo, na cultura e na história, sendo as suas leituras e assunções da realidade envolvente profundamente enraizadas nos contextos socioculturais que moldam as perceções dos atores que as produzem (Smith, 2013).

O Construtivismo, enquanto corrente teórica nas RI, emergiu e ganhou força a partir do final dos anos 1980 e começo dos anos 1990, como uma resposta às limitações das teorias predominantes, como o Realismo e o Liberalismo, especialmente à luz das transformações resultantes do fim da Guerra Fria (Fierke, 2013; Mendes, 2012).

Esta abordagem teórica, embora tenha raízes filosóficas mais diversificadas do que as do Realismo, continua a ter uma matriz predominantemente ocidental (Mendes, 2012), sendo, na sua essência, uma teoria social que evidencia a importância determinante das relações constitutivas que se estabelecem entre as ideias, o conhecimento e os factos (Fierke, 2013; Mendes, 2022b). Ou seja, os aspetos que realmente importam para as RI não são exclusivamente materiais, são também sociais e ideacionais, motivo pelo qual todas as variáveis relevantes para as teorias das RI (e.g. poder militar, transações económicas, instituições internacionais ou preferências domésticas) não são importantes só pela sua qualidade material objetiva, mas, fundamentalmente, por terem determinados significados sociais e por serem objeto de interpretações ideacionais intersubjetivas, fazendo com que, por exemplo, a anarquia do sistema internacional seja vista, em grande medida, como o resultado de uma construção social, cujo significado não advém somente da sua objetividade material, como acontece no Realismo, mas também do entendimento intersubjetivo dos Estados (Isnarti, 2016; Mendes, 2019a; Wendt, 1995).



Neste sentido, e como refere Mendes (2022), o Construtivismo pode, assim, ser definido como uma teoria das RI que atribui especial importância à inter-relação entre ideias, crenças, identidades e ideologias dos atores internacionais, sendo, por essa razão, particularmente sensível ao estudo da mudança e da historicidade das RI, uma vez que, ao contrário do que sucede com o Realismo, a mudança é vista como o resultado, sobretudo, de fatores ideacionais, sociais e normativos, e não apenas da mera alteração dos fatores materiais.

Ao contrário do Realismo, o Construtivismo não restringe o seu interesse ao ator Estado no sistema internacional, alargando o escopo, entre outros, a atores transnacionais ligados às Organizações Não Governamentais (ONG) ou às redes de advogados transnacionais, muito por força da sua capacidade de influência sobre os interesses dos Estados (Mendes, 2022b). Não obstante e, como já referido, para os fins do presente artigo, centraremos a nossa atenção no ator Estado, uma vez que é este o ator/denominador comum entre as teorias em análise.

Neste âmbito, não podemos deixar de referir, no que toca às áreas de pesquisa, que também o foco do Construtivismo é mais alargado do que o do Realismo, que se centra apenas no ator Estado e na relação deste com os seus pares no sistema internacional (Mendes, 2022a). Assim, o Construtivismo alarga também a sua área de pesquisa ao estudo do papel das normas, designadamente, das suas funções regulatórias e constitutivas, bem como da sua influência na construção dos interesses do Estado, das organizações e outros atores no sistema internacional (Fierke, 2013; Finnemore & Hollis, 2016; Mendes, 2022b).

Esta viragem teórica do Construtivismo, para além de importante e inovadora, entre outros aspetos, pela rutura com o paradigma vigente no seio das RI preconizado pelas correntes teóricas tradicionais (*i.e.* Realismo e Liberalismo), significou uma alteração na forma como a disciplina das RI se vinha estruturando, facilitando uma importante evolução disciplinar, nomeadamente, pela adoção de um novo estilo de debate multilateral altamente comunicativo, em detrimento de debates bilaterais pouco comunicativos promovidos pelas correntes teóricas tradicionais das RI, que, até então, eram hegemónicas (Mendes, 2012).

Centrando agora o nosso olhar na forma como o ciberespaço é abordado pelo Construtivismo, começamos por sublinhar, como já aqui referido, que esta corrente teórica das RI destaca a importância das construções sociais e das perceções que moldam a interação entre os atores no espaço. Assim, do ponto de vista do Construtivismo, embora o ciberespaço tenha uma dimensão técnica e material, a sua verdadeira natureza é socialmente e discursivamente construída, refletindo as identidades, normas e valores dos atores que nele operam (Finnemore & Sikkink, 1998; Wendt, 1995).

Um exemplo emblemático do Construtivismo aplicado ao ciberespaço é a forma como os Estados e outros atores moldam narrativas e identidades através das plataformas digitais. Um caso relevante é o papel das redes sociais durante a chamada Primavera Árabe, onde diversos movimentos sociais usaram a tecnologia para mobilizar apoio, disseminar mensagens e desafiar os regimes estabelecidos, destacando como as estruturas sociais e as interações que nelas ocorrem influenciam as dinâmicas de poder (Howard & Hussain, 2011). Este exemplo ilustra bem não só a influência do ciberespaço



na política, mas também a forma como a construção social de identidades e interesses se manifesta em ambientes virtuais.

Para concluir, e tendo como contraponto o capítulo anterior, se para o Realismo o ciberespaço é visto como um campo de batalha para disputa e confrontos de poder por parte dos atores que nele operam, no caso do Construtivismo este espaço geográfico virtual não se reduz a essa definição, sendo, antes de mais, um campo de construção de significados e normas que definem as interações entre os atores que nele interagem. Neste sentido, à medida que os países se envolvem em atividades cibernéticas, a forma como eles percebem e interpretam essas ações é moldada por contextos sociais, históricos e culturais, promovendo uma nova forma de entender as RI e a mudança nas dinâmicas de poder que se estabelecem no ciberespaço.

Análise Ontológica e Epistemológica do Ciberespaço à luz das correntes teóricas do Realismo e Construtivismo no seio das Relações Internacionais

Em capítulo anterior deste artigo analisamos o Realismo, enquanto corrente teórica das RI, destacando a sua capacidade para explicar a constante procura de poder pelos Estados e os dilemas de segurança destes, reconhecendo a especial vocação desta teoria para a concretização desse objetivo. Contudo, apontámos também aquelas que, em nosso entendimento, são as suas limitações na compreensão do sistema internacional contemporâneo, especialmente, no tocante à sua dificuldade em lidar com a emergência de novos espaços de interação, neste caso, virtuais, como é o caso do ciberespaço.

Devido à sua matriz filosófica científica positivista, o Realismo tende a naturalizar ontologicamente o sistema Vestefaliano, intrinsecamente ligado ao mundo material-natural (Mearsheimer, 2010), considerando os fatores de poder material como fenómenos naturais. Esta visão apresenta uma ontologia limitada na compreensão do ciberespaço, que se caracteriza por ser uma estrutura não-física socialmente e discursivamente construída (Santos, 2018), exigindo, por isso, o que denominamos anteriormente como um "*salto ontológico e epistemológico cínico*" para a sua abordagem enquanto objeto de estudo por parte desta corrente teórica.

Assim, apesar da natureza virtual e discursivamente construída do ciberespaço, o Realismo, como que num verdadeiro salto quântico do ponto de vista ontológico, olha para o ciberespaço numa lógica material-natural, concentrando-se, sobretudo, no seu carácter anárquico, enquanto lugar de disputa de poder onde os Estados procuram satisfazer os seus próprios interesses (Leonard, 2022; Rocha & Farias da Fonseca, 2019), ignorando, no entanto, a natureza virtual daquele e concentrando-se, do ponto de vista epistemológico, nos aspetos mensuráveis de disputa de poder entre os Estados, como, por exemplo, as capacidades cibernéticas e os ciberataques direcionados.

Já o Construtivismo oferece, por sua vez, uma abordagem ontológica e epistemológica alternativa, na medida em que na análise ao ciberespaço destaca a sua natureza socialmente construída, vendo-o para além de uma mera extensão direta da anarquia Vestefaliana, como uma arena onde identidades, normas e valores são negociados e redefinidos pelos diferentes atores que nele interagem. Conforme refere Wendt (1995),



a própria anarquia é uma construção social, moldada pelas interações e percepções dos atores, cujo comportamento é influenciado pelas normas sociais vigentes (Finnemore & Sikkink, 1998).

A ontologia construtivista considera, assim, o ciberespaço como um espaço fluido e em constante transformação, moldado pelas interações sociais, sendo que, do ponto de vista epistemológico, o Construtivismo concentra a sua atenção na interpretação e no significado atribuídos pelos atores às interações no ciberespaço, reconhecendo que a construção social de interesses e identidades é fundamental para a compreensão das dinâmicas de poder naquele espaço operacional.

Para finalizar este capítulo, importa referir que, na nossa perspetiva, a combinação do Realismo e do Construtivismo, numa lógica teórica de complementaridade nas RI, oferece uma análise mais completa do ciberespaço. Assim, se o Realismo destaca as implicações de poder e segurança, o Construtivismo adiciona a dimensão da construção social, normas e identidades na formação das interações no ciberespaço – esta perspetiva dual é, em nosso entendimento, crucial para melhor conhecer e compreender os desafios que o ciberespaço coloca às RI, especialmente, por oferecer a possibilidade de uma análise equilibrada que contemple não só as necessidades de segurança dos atores, mas também as complexas realidades sociais que moldam as ações daqueles no ciberespaço.

O Ciberespaço e os Desafios Futuros para a Teoria das Relações Internacionais

A análise do ciberespaço através das lentes teóricas do Realismo e do Construtivismo, apresentada nos capítulos anteriores, revelou a complexidade das interações internacionais neste novo domínio virtual e imaterial. Assim, pese embora estas teorias ofereçam perspetivas relevantes para compreender a realidade do sistema internacional coetâneo, a verdade é que aquelas também enfrentam desafios quando aplicadas ao ciberespaço e às dinâmicas que dele emergem.

O Realismo, por exemplo, com sua ênfase na competição pelo poder material entre os Estados, tem dificuldade em explicar por completo as interações colaborativas e a construção e o papel constitutivo de normas no mundo digital. Por sua vez, o Construtivismo, ao focar-se na construção social da realidade, enfrenta desafios para antecipar e compreender os aspetos tecnológicos e os potenciais impactos de inovações tecnológicas futuras, que todos os dias emergem no ciberespaço e, certamente, terão um impacto importante no sistema internacional contemporâneo. Estas limitações sugerem, por isso, a necessidade de evolução do corpo teórico das RI para, assim, enfrentar os desafios que o ciberespaço e as tendências que nele emergem colocam às RI do ponto de vista teórico, particularmente, no que respeita à explicação e compreensão da realidade internacional envolvente.

Na nossa perspetiva, um dos principais desafios futuros que se coloca à teoria das RI é precisamente o da governança do ciberespaço, uma vez que a ausência de um órgão regulatório global com autoridade sobre as ações ali desenvolvidas, sejam elas por parte de Estados ou de atores não estatais, exponencia o carácter anárquico do ciberespaço, gerando elevados níveis de incerteza e aumentando a possibilidade de conflitos entre os



atores que nele atuam (Libicki, 2009; Martins, 2015), sendo esta a razão pela qual as abordagens tradicionais das RI parecem ser inadequadas para lidar com a natureza transnacional do ciberespaço, particularmente, em relação à criação e aplicação de normas destinadas a regular as atividades desenvolvidas neste espaço operacional (Nye, 2011).

A ascensão de atores não estatais e de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial e a *Internet* das Coisas, não descomplexifica esta realidade, tornando, antes pelo contrário, o ambiente ainda mais complexo e fazendo crescer, ainda mais, os dilemas de segurança, na medida em que os ciberataques podem ter consequências de grande alcance, afetando todas as áreas de atividade humana nas sociedades hodiernas (Portugal, 2015) e exigindo, por esse motivo, novas formas de pensar a segurança e a diplomacia, mas agora no mundo digital também (Fernandes, 2014; Harari, 2024).

Outro desafio que se levanta é a crescente disseminação de desinformação (Harari, 2018). A facilidade de disseminar informações falsas e manipuladas na *Internet*, seja por parte dos próprios Estados ou por outros atores, está a ameaçar a soberania dos Estados e a estabilidade internacional (Wardle & Derakhshan, 2023). O fenómeno das *fake news*, aliado à difusão de propaganda e à manipulação da opinião pública por meio de plataformas de sociabilidade (*e.g. Facebook, TikTok* e *X (ex-Twitter)*, entre outras) e dos *media online*, criam um cenário onde as normas tradicionais de verificação de informações são desafiadas constantemente (Zakaria, 2024). Esta situação requer, na nossa perspetiva, uma nova abordagem nas teorias das RI para, por exemplo, compreender, explicar e avaliar a forma como a desinformação interfere na construção de identidades e normas no sistema internacional.

Para enfrentar estes desafios, as teorias das RI necessitam, em nosso entendimento, de integrar novas perspetivas que levem em linha de conta a natureza única e híbrida do ciberespaço, bem como as tendências que nele emergem, o que implicará uma aproximação a outras áreas de conhecimento, como a ciência da computação, da sociologia digital e da psicologia cognitiva para, desta forma, desenvolver modelos teóricos mais completos e preditivos de comportamento dos atores do sistema internacional no ciberespaço. Neste desiderato, a investigação futura no seio das RI deverá, também, desenvolver e explorar modelos teóricos interdisciplinares que abordem as implicações éticas e legais das atividades no ciberespaço, considerando a necessidade de um desenvolvimento de normas e de mecanismos de governança que sejam mais eficientes e eficazes para aqueles que ali atuam, bem como para salvaguardar a segurança e o equilíbrio do sistema internacional.

Conclusões

Partimos para este artigo com o objetivo de analisar e compreender a abordagem ao ciberespaço através das lentes teóricas do Realismo e do Construtivismo nas RI, considerando que se trata de um não-lugar antropológico e de uma estrutura não-física, socialmente e discursivamente construída.

A análise efetuada revelou a complexidade que as interações internacionais assumem num contexto digital em constante evolução. Assim, do resultado do trabalho aqui



desenvolvido e apresentado, é possível observar diferenças importantes na abordagem do Realismo e do Construtivismo ao ciberespaço: enquanto o Realismo destaca a competição pelo poder e a segurança dos Estados num cenário anárquico, o Construtivismo destaca a construção social das identidades, normas e significados que moldam as ações dos atores que atuam no ciberespaço. Esta dualidade teórica é essencial para uma compreensão abrangente das dinâmicas contemporâneas nas RI e aponta para a necessidade de uma abordagem teoricamente integrada à realidade do sistema internacional coetâneo, sobretudo, no que respeita ao ciberespaço, enquanto não-lugar antropológico, socialmente e discursivamente construído.

Se, por um lado, o Realismo, com sua matriz filosófica científica positivista, enfrenta desafios, nomeadamente, ao tentar aplicar as suas premissas à análise do ciberespaço, onde a natureza não-física e socialmente construída do espaço e das interações que nele ocorrem desafiam a sua visão materialista tradicional (Mearsheimer, 2018), fazendo com que naturalize o sistema internacional vigente e ignore as suas dimensões sociais e ideacionais, deixando patentes as suas limitações teóricas para explicar esta “nova” realidade virtual. Por outro, o Construtivismo, ainda que não alcançando as dinâmicas de disputa de poder na sua plenitude, oferece uma abordagem importante para as RI neste âmbito, designadamente, ao reconhecer que o ciberespaço não é apenas um campo de batalha para confrontos de poder, mas também um espaço onde significados e normas são constantemente negociados e redefinidos pelos atores que nele atuam.

Para ultrapassar estas limitações teóricas, no que ao ciberespaço respeita, acreditamos que a solução está na combinação do Realismo e do Construtivismo, numa lógica teórica de complementaridade nas RI. Este é, aliás, o caminho que nos parece oferecer uma análise mais abrangente do ciberespaço: assim, se o Realismo destaca as implicações de poder e segurança, o Construtivismo adiciona a dimensão da construção social, normas e identidades na formação das interações no ciberespaço – esta perspetiva dual é, em nosso entendimento e como já tivemos oportunidade de referir, crucial para melhor conhecer e compreender os desafios que o ciberespaço coloca às RI, especialmente, por oferecer a possibilidade de uma análise equilibrada que contemple não só as necessidades de segurança dos atores, mas também as complexas realidades sociais que moldam as ações daqueles no ciberespaço.

Entre estes desafios que o ciberespaço apresenta às RI, destacamos, em particular, a ausência de governança, o que vinca ainda mais o caráter anárquico desta geografia virtual, e a disseminação da desinformação. Se o primeiro desafio, amplia, pela ausência de uma governança global, o caráter anárquico do espaço digital, levando a incertezas e exponenciando o potencial de conflitos entre os Estados e outros atores no ciberespaço, o segundo desafio, materializado pelo fenómeno das *fake news*, aliado à difusão de propaganda e à manipulação da opinião pública por meio de plataformas de sociabilidade (e.g. *Facebook*, *TikTok* e *X (ex-Twitter)*, entre outras) e dos *media online*, favorece um cenário onde as normas tradicionais de verificação de informações são desafiadas constantemente, colocando em questão a soberania dos Estados e a segurança/equilíbrio do próprio sistema internacional.

Em suma, a intersecção entre o Realismo e o Construtivismo, juntamente com os desafios impostos pelo ciberespaço, aponta, assim, para a necessidade urgente de desenvolver novos modelos teóricos que possam acomodar a complexidade da realidade internacional



contemporânea, representando este artigo, assim o esperamos, mais um passo nessa direção, sobretudo, para aprofundar o debate científico sobre a compreensão e explicação do ciberespaço, enquanto objeto de estudo, nas RI.

Referências

Augé, M. (2012). *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade* (3.ª). Livraria Letra Livre.

BBC News. (2012, Dezembro 25). *Iran «fends off new Stuxnet cyber attack»*. <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-20842113>

Bueno, G. (2024, Fevereiro 25). *Teoria das Relações Internacionais: Guia de Estudos Completo 2024*. Escola Superior de Relações Internacionais (ESRI). <https://esri.net.br/teoria-das-relacoes-internacionais-guia-de-estudos/>

Cardoso, G., Costa, A. F. da, Coelho, A. R., & Pereira, A. (2015). *A Sociedade em Rede em Portugal: Uma Década de Transição*. Edições Almedina, S.A.

Castells, M. (2007). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - Volume I, A Sociedade em Rede*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Coutinho, C. P. (2015). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª). Edições Almedina.

Cyberspace Administration of China. (2016). *National Cyberspace Security Strategy*. <https://dig.watch/resource/chinas-national-cyberspace-security-strategy>

Dodds, K. (2019). *Geopolitics: A Very Short Introduction* (3.ª ed.). Oxford University Press.

Erskine, T. (2013). Normative International Relations Theory. Em T. Dunne, M. Kurky, & S. Smith (Eds.), *International Relations Theories: Discipline and Diversity* (3.ª ed., pp. 36–58). Oxford University Press.

Euronews. (2017, Maio 16). «WannaCry»: *Um vírus norte-coreano?* <https://pt.euronews.com/2017/05/16/wannacry-um-virus-norte-coreano>

European Commission. (2024, Setembro 24). *The Cybersecurity Strategy*. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/cybersecurity-strategy>

Fernandes, J. J. A. (2014). *Os Desafios da Segurança Contemporânea: Estado, Identidade e Multiculturalismo* (Lda. Pedro Ferreira - Artes Gráficas, Ed.). Edição de Autor.

Fevereiro, S. (2022, Novembro 11). O que é o metaverso? *Expresso*. <https://expresso.pt/iniciativaseprodutos/projetos-expresso/2022-11-11-O-que-e-o-metaverso--303429c0>

Fierke, K. M. (2013). Constructivism. Em T. Dunne, M. Kurky, & S. Smith (Eds.), *International Relations Theories: Discipline and Diversity* (3.ª ed., pp. 187–204). Oxford University Press.



- Finnemore, M., & Hollis, D. B. (2016). Constructing Norms for Global Cybersecurity. *American Journal of International Law*, 110(3), 425–479. <https://doi.org/10.1017/S0002930000016894>
- Finnemore, M., & Sikkink, K. (1998). International Norm Dynamics and Political Change. *International Organization*, 52(4), 887–917. <https://doi.org/10.1162/002081898550789>
- Gartzke, E. (2013). The Myth of Cyberwar: Bringing War in Cyberspace Back Down to Earth. *International Security*, 38(2), 41–73. https://doi.org/10.1162/ISEC_a_00136
- Giddens, A. (2010). *O Mundo na Era da Globalização* (S. Barata, Trad.; 10ª). Editorial Presença.
- Harari, Y. N. (2018). *21 Lições para o Século XXI*. Elsinore.
- Harari, Y. N. (2024). *Nexus - História Breve das Redes de Informação da Idade da Pedra à Inteligência Artificial*. Elsinore.
- Howard, P. N., & Hussain, M. M. (2011). The Upheavals in Egypt and Tunisia: The Role of Digital Media. *Journal of Democracy*, 22(3), 35–48. <https://doi.org/10.1353/jod.2011.0041>
- Isnarti, R. (2016). A Comparison of Neorealism, Liberalism, and Constructivism in Analysing Cyber War. *Andalus Journal of International Studies (AJIS)*, 5(2), 151. <https://doi.org/10.25077/ajis.5.2.151-165.2016>
- Jøsang, A. (2024). Cyber Operations. Em *Cybersecurity* (pp. 337–354). Springer Nature Switzerland. https://doi.org/10.1007/978-3-031-68483-8_16
- Lebow, R. N. (2013). Classical Realism. Em T. Dunne, M. Kurky, & S. Smith (Eds.), *International Relations Theories: Discipline and Diversity* (3.ª ed., pp. 59–76). Oxford University Press.
- Leonard, M. (2022). *The Age of Unpeace: How Connectivity Causes Conflict*. Penguin Random House.
- Libicki, M. C. (2009). *Cyberdeterrence and Cyberwar*. RAND Corporation.
- Madubuko, C. C., & Chitsungu, C. (2024). The Evolution of China's Cyber-Espionage Tactics: From Traditional Espionage to AI-Driven Cyber Threats against Critical Infrastructure in the West. *American Journal of International Relations, APJO*, 94(4), 25–50. <https://doi.org/10.47672/ajir.2424>
- Martins, J. C. (2015). Capacitar, Mitigar, Detetar, Sensibilizar, Educar e Cooperar. Em E. P. Correia (Ed.), *Liberdade e Segurança* (pp. 123–132). ISCPSI - ICPOL e Observatório Político.
- Martins, L. B., & Wolfe, S. G. (2023). *Metaversed*. John Wiley & Sons, Inc.
- Mearsheimer, J. J. (2010). The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia. *The Chinese Journal of International Politics*, 3(4), 381–396. <https://doi.org/10.1093/cjip/poq016>
- Mearsheimer, J. J. (2013). Structural Realism. Em T. Dunne, M. Kurky, & S. Smith (Eds.), *International Relations Theories: Discipline and Diversity* (3.ª ed., pp. 77–93). Oxford University Press.



- Mearsheimer, J. J. (2018). *The Great Delusion: Liberal Dreams and International Realities*. Yale University Press.
- Mendes, P. E. (2012). A (re) invenção das Relações Internacionais na viragem do século: o desafio do Construtivismo. *Relações Internacionais*, 36, 105–118. <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n36/n36a08.pdf>
- Mendes, P. E. (2019a). As teorias principais das Relações Internacionais: uma avaliação do progresso da disciplina. *Relações Internacionais*, 61, 95–122. <https://doi.org/10.23906/ri2019.61a08>
- Mendes, P. E. (2019b). The Birth of International Relations as a Social science: A Compared Analysis of the Anglo-American World and Continental Europe. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, 8(16), 19–50.
- Mendes, P. E. (2022a). Realismo (teorias realistas das Relações Internacionais). Em F. de Sousa, P. Emanuel Mendes, J. G. de Freitas, D. Ferreira, R. Rocha, & A. Tavares (Eds.), *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais* (pp. 531–532). Edições Almedina, S.A.
- Mendes, P. E. (2022b). Construtivismo (teorias das Relações Internacionais). Em F. de Sousa, P. Emanuel Mendes, J. G. de Freitas, D. Ferreira, R. Rocha, & A. Tavares (Eds.), *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais* (pp. 180–181). Edições Almedina, S.A.
- Nisbett, R. E. (2019). *The Geography of Thought: How Asians and Westerners Think Differently*. Nicholas Brealey Publishing.
- North Atlantic Treaty Organization. (2024, Julho 30). *Cyber Defence*. https://www.nato.int/cps/da/natohq/topics_78170.htm
- Nunes, P. V. (2015). *Sociedade em Rede, Ciberespaço e Guerra de Informação: Contributos para o Enquadramento e Construção de uma Estratégia Nacional de Informação*. Instituto da Defesa Nacional.
- Nunes, P. F. V. (2016). Ciberameaças e Quadro Legal dos Conflitos no Ciberespaço. Em J. V. Borges & T. F. Rodrigues (Eds.), *Ameaças e Riscos Transnacionais no Novo Mundo Global* (pp. 199–215). Fronteira do Caos Editores, Lda.
- Nye, J. S. (2011). *The Future of Power*. PUBLICAFFAIRS, U.S.
- Portugal, J. (2015). A Internet Industrial e os Novos Riscos: Regresso ao Futuro. Em E. P. Correia (Ed.), *Liberdade e Segurança* (pp. 107–122). ISCPSI - ICPOL e Observatório Político.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2022). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/2022, de 2 de novembro*.
- Rigueira, P. (2012). Relações internacionais como disciplina. *Relações Internacionais*, 36, 23–46.
- Rocha, M., & Farias da Fonseca, D. (2019). A Questão Cibernética e o Pensamento Realista. *Revista da Escola de Guerra Naval*, 25(2), 517–543. <https://doi.org/10.21544/1809-3191.v25n2.p>



Santos, L. dos. (2014). *O Futuro da Guerra*. Nova Vega, Lda.

Santos, N. M. C. dos. (2018). *O advento das redes sociais e a Polícia de Segurança Pública: Uma nova estratégia de comunicação na Era da Informação* [Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. <http://hdl.handle.net/10400.26/25202>

Schwab, K. (2017). *A Quarta Revolução Industrial*. Levoir.

Simões, M. J. (2005). *Política e Tecnologia: Tecnologias da Informação e da Comunicação e Participação Política em Portugal*. Celta Editora.

Smith, S. (2013). Introduction: Diversity and Disciplinarity in International Relations Theory. Em T. Dunne, M. Kurky, & S. Smith (Eds.), *International Relations Theories: Discipline and Diversity* (3.^a ed., pp. 1–13). Oxford University Press.

Sousa, F. de. (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Edições Afrontamento/CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Sousa, F. de, & Rocha, R. (2022). Relações Internacionais. Em F. de Sousa, P. Emanuel Mendes, J. G. de Freitas, D. Ferreira, R. Rocha, & A. Tavares (Eds.), *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais* (pp. 542–544). Edições Almedina, S.A.

U.S. Department of State. (2024). *United States International Cyberspace & Digital Policy Strategy: Towards an Innovative, Secure, and Rights-Respecting Digital Future*. <https://www.state.gov/united-states-international-cyberspace-and-digital-policy-strategy/>

Vilar Lopes, G., & Oliveira, C. F. J. de. (2014). Stuxnet e defesa cibernética estadunidense à luz da análise de política externa. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 1(1), 55–69. <https://doi.org/10.26792/rbed.v1n1.2014.39457>

Wardle, C., & Derakhshan, H. (2023). *Desordem Informacional: Para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas*.

Wendt, A. (1995). Constructing International Politics. *International Security*, 20, 71–81. <https://doi.org/10.2307/2539217>

Woollaston-Webber, V. (2017, Maio 16). Wanna Decryptor ransomware appears to be spawning and this time it may not have a kill switch. *WIRED UK*. <https://www.wired.com/story/wanna-decryptor-ransomware/>

Zakaria, F. (2024). *Era de Revoluções: Progresso e retrocesso de 1600 até aos nossos dias*. Gradiva.